



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo



Administração Justa e Solidária

**LEI MUNICIPAL Nº 737, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009**

**“Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA do Município de Peixoto de Azevedo - MT, para o período 2010 - 2013 e dá outras providências”.**

**SINVALDO SANTOS BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT**, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Aprova o Plano Plurianual - PPA do Município de Peixoto de Azevedo - MT, para o período 2010 - 2013, em cumprimento ao que dispõe o Artigo 165, Parágrafo 1º, da Constituição Federal e a Lei 4.320/64, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração municipal para as despesas de capital, outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, na forma dos Anexos abaixo relacionados, que fazem parte integrante desta Lei:

1. Ações Integrantes do Programa;
2. Programas/Ações Validadas;
3. Classificação dos Programas e Ações por Função e Sub-função;
4. Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do PPA
5. Demonstrativo das Receitas por Categoria Econômica – PPA;
6. Despesas por Categoria Econômica – PPA;
7. Identificação de Programas;
8. Levantamento Preliminar das Ações;
09. Programas Finalísticos e de Apoio Administrativo;
10. Quadro de Detalhamento de Despesa - PPA;
11. Consolidação dos Programas por Órgão e Unidade Orçamentária
12. Relatório para Conferência do PPA

Artigo 2º - A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de revisão do PPA.

Artigo 3º - A inclusão, exclusão ou alterações de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária atual ou de seus





Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo



créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

Parágrafo Único - De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na lei orçamentária.

Artigo 4º - Fica o Poder Executivo autorizado mediante aprovação do Poder Legislativo, alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

Artigo 5º - Anualmente, o Poder Executivo poderá rever e atualizar os programas, metas orçamentárias, físicas e financeiras do Plano Plurianual, através de Projeto de Lei encaminhado ao Poder Legislativo.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE  
AZEVEDO, AOS 14 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2009.**

  
**SINVALDO SANTOS BRITO**  
Prefeito Municipal

**PUBLICADO**

EM 14 / 12 / 2009

Resp. Soraya C. L. Duarte